

HISTÓRIA DAS MÍDIAS EM REDES E CONEXÕES EM BUSCA DE NOVAS INTERPRETAÇÕES

HISTORY OF MEDIA IN NETWORKS AND CONNECTIONS IN SEARCH OF NEW INTERPRETATIONS

Marialva Carlos Barbosa ¹
Maria de Fátima Tomaz ²

Resumo

O objetivo do artigo é mostrar que a formação de redes de pesquisa em torno dos estudos que envolvem as mídias, conectando comunicação e história, é um caminho possível para se pensar de maneira não hegemônica e cristalizada os processos históricos regionais e locais. Essa abordagem teórica e metodológica favorece estudos observados por uma lente que reduz a escala de análise, para perceber tramas muitas vezes encobertas, permitindo a construção de sínteses a partir de um olhar que enfatiza primeiramente as singularidades do local. Trata-se, portanto, também, de uma atitude política que quer romper com silenciamentos e lógicas hegemônicas que enfatizam frequentemente processos oriundos dos centros de poder.

Palavras-chave

comunicação; história; redes de pesquisa; espaço.

Abstract

The objective of the article is to show that the formation of research networks around studies involving the media, connecting communication and history, is a possible way to think about regional and local historical processes in a non-hegemonic and crystallized way. This theoretical and methodological approach favors studies observed through a lens that reduces the scale of analysis, to perceive plots that are often hidden, allowing the construction of syntheses from a perspective that primarily emphasizes the singularities of the location. It is, therefore, also a political attitude that wants to break with silences and hegemonic logics that often emphasize processes originating from the centers of power.

Keywords

communication; history; research networks; space.

¹ Professora Titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Doutora e Mestre pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. E-mail: marialva153@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8875-7128>. CV: <http://lattes.cnpq.br/9819532476888552>.

² Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, na Linha de Pesquisa Mídia e Mediações Socioculturais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob orientação da professora doutora Marialva Carlos Barbosa. E-mail: tomazfm@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5321-5353>. CV: <https://lattes.cnpq.br/9914499090015082>.

Introdução

A metáfora de fios que se entrelaçam, se cruzam e se conectam formando tramas singulares que resultam por vezes harmônicas, mas, sobretudo, extensivas, configurando territorialidades aparentemente ilimitadas do ponto de vista dos nós que se conectam (ou podem se conectar), emerge diante do nome redes. Por outro lado, o século em que nos movemos é também definido pela lógica de redes que se aproximam (e se distanciam) numa miríade de possibilidades. O século XX inaugurou as redes telemáticas que ganharam, a partir de então, permissividades sempre crescentes, cujo fim ninguém pode prever. Vivemos nas redes e em redes (Castells, 1999)³.

O segundo aspecto que devemos considerar, quando postulamos a construção de redes de pesquisadores em estudos que abordam dinâmicas históricas, é, por um lado, a dimensão do espaço e, por outro, a escolha entre estudos que privilegiam particularismos ou generalizações. Ambas as questões são extremamente importantes para a história e, como tal, objeto de discussões acaloradas há décadas.

O terceiro aspecto refere-se ao fato de, para a história, tempo e espaço serem formas conceituais que poderíamos definir como primevas para a ação historiadora. O pressuposto de Agnes Heller (1993) de que a história produz reflexões sobre a historicidade humana e que esta se dá na dimensão do tempo e do espaço, coloca, portanto, a espacialidade no centro da trama histórica. Para a história, não há possibilidade de articular qualquer problemática sem considerar que homens e mulheres, ao empreenderem atos de vida num espaço, que é também de natureza temporal, constroem-se como seres históricos. A dimensão humana é um *a priori* histórico, e ser historicidade, como diz Agnes Heller (1993), é ser tempo e espaço. Assim, três conceitos sempre foram chaves para dar conta de qualquer análise histórica: tempo, espaço e grupos humanos.

Num primeiro momento do artigo vamos mostrar, brevemente, como a categoria espaço é central na reflexão histórica, referindo-nos a algumas revisões conceituais ao longo do século XX. Incluímos também considerações sobre a questão na escolha da ênfase entre particularismos ou generalizações, fundamental também para se pensar os localismos e, por conseguinte, a formação de redes que é guiada também pelo *lôcus* da análise. Na sequência, apresentamos possibilidades metodológicas de estudos envolvendo redes de pesquisadores em torno dos temas históricos da mídia e sua importância, tendo em vista o caso brasileiro e sua especificidade de ex-colônia, incluindo-se a desigualdade como marca dominante, a partir de um regime de escravidão que durou quatro séculos, e que define a longa história do seu território. Para isso, apresentamos, brevemente, resultados de um estudo realizado em rede, envolvendo dezenas de pesquisadores que olharam para o XIX, como sendo o século do jornal. Apresentamos, por fim, outras iniciativas em curso, para produzir uma história que avance a partir da formação de redes de pesquisadores.

3 O conhecimento, a informação e a organização em rede não são categorias que emergiram recentemente, já que, historicamente, assinalam a vida cotidiana, as relações de poder, e até mesmo a emergência dos primeiros jornais no mundo, no Brasil, em suas regiões e localidades. Porém, o que há de novo, no contemporâneo, é a centralidade das redes digitais, já que a sociedade em que vivemos é a sociedade do indivíduo em rede que, por sua vez, é a sociedade das linguagens que disseminam conteúdos simbólicos e afirmam significações e práticas culturais. Sob esse prisma, segundo Castells (1999), o sistema comunicacional contemporâneo possui três grandes tendências: é global, mas sem deixar de ser local; é interativo e busca maior horizontalidade.

Espaço e especializações: divisões dos territórios de domínio

A questão do espaço assume tal centralidade nos estudos que colocam a teoria da história na trama reflexiva, que poderíamos dizer que se configura numa espécie de território dentro de outro território. É o espaço, entendido como territorialidade reflexiva, que deságua em abordagens que colocam em prevalência também subespecialidades sem fim. Claro que esta tendência é observada em diferentes domínios do conhecimento e vem sendo construída de maneira emblemática desde, pelo menos, o final do século XIX, ganhando aspecto superlativo no século XX. Essas subespecialidades, que constituem as dimensões, as abordagens e os domínios da história (Barros, 2002), passam a ser percorridas pelos historiadores, que se tornam integrantes de espécies de redes, ao se definirem, por escolha própria, como pertencentes a um desses universos, elegendo, em suma, sua especialização. Assim, podemos anunciar, por exemplo, que fazemos uma história cultural ao priorizar determinado tipo de enfoque, escolhendo uma dimensão histórica; ou elegendo uma abordagem, ou seja, a maneira como lidamos, por exemplo, com as fontes (micro-história, história oral etc.); ou ainda os domínios nos quais o pesquisador (ao lado de outros tantos) particulariza sua análise. Este último aspecto diz respeito aos agentes históricos que são destacados nas pesquisas, sendo a história das mídias, neste sentido, a escolha de um domínio da história. Advogamos que, ao eleger o domínio das mídias, que sejam introduzidas abordagens do que denominamos olhar comunicacional (Ribeiro; Barbosa, 2024). Este olhar deve incluir com particular atenção o contexto comunicacional, ao lado de outros que permitem reflexões importantes ao perceber a existência de um “mundo lá fora”, para além do comunicacional, e que se refere à complexidade das tramas contextuais em suas diversas dimensões.

Aquilo que passa a ser objeto dos estudos, ao particularizar domínios, abordagens e dimensões, constitui um caminho que, para adensar e ampliar o escopo de análise, deve ser percorrido pelos pesquisadores, que se aproximando desses universos subespecializados, estão, a rigor, filiando-se a um *lócus* teórico como se fossem personagens de uma rede imaginária de pesquisa. Como afirma Barros (2002), esse fenômeno de pulverização dos saberes que ocorreu com a ciência de maneira geral, decorre, simultaneamente, da fragmentação de espacialidades e de perspectivas, não exclusivas também do pensamento científico, mas fruto direto da modernidade e da pós-modernidade.

A história fragmentada em dimensões (econômica, política, social, cultural etc.) se distribui também em novos domínios (religiosidade, vida privada, imprensa, por exemplo), correndo, entretanto, o perigo de esquecer que o mundo humano não pode ser dissociado do social, do político, do cultural etc. Há que se considerar também que a história é sempre múltipla, mesmo quando escolhemos examiná-la a partir de perspectivas específicas. Por outro lado, devemos considerar, como alerta Barros (2002, p. 212), que “uma determinada ação historiográfica (uma pesquisa, por exemplo) não deve servir de pretexto a uma insuficiente hiper-especialização que por vezes é bem intencionada, mas por outras vezes é preguiçosa ou oportunista”.

Considerando-se o agrupamento do domínio das mídias, observa-se exatamente esta extensiva fragmentação de perspectivas, fazendo com que as mídias se multipliquem a partir das especificidades das formas, dos conteúdos, enfim, dos múltiplos territórios midiáticos. Mas num mundo humano que é sempre social, político, cultural e mental ao mesmo tempo, a história das mídias seria apenas aquela que diz respeito aos objetos midiáticos ou das representações que emanam das suas discursividades? Evidentemente que não. A historiografia da mídia deve considerar o complexo sistema midiático encravado em tramas temporais que particularizam processos que devem ser vistos desde os fluxos, as tramas, os circuitos, as trocas comunicacionais.

Mas o espaço comunicacional no qual as pessoas se movem e se moveram sempre faz com que a história das mídias seja um domínio no qual este contexto comunicacional interfere no mundo fabricado permanentemente por relações humanas. Assim, há que incluir abordagens que ultrapassem a ideia do midiático como particularismo, inserindo o território das mídias a partir de abordagens específicas, e, evidentemente, sem desprezar os complexos e múltiplos contextos históricos.

Espaço-tempo: domínio da história

Para os historiadores, refletir sobre a questão do espaço envolve a possibilidade de múltiplas abordagens. Desde aquelas mais tradicionais que, denominando-o como social, fazem do conceito uma das chaves para a compreensão da dinâmica histórica, até as que o percebem como submetido a “jogos de escalas” (Ravel, 1998). Há que se considerar ainda que, mais do que o estudo do homem no tempo, tal como definiu Marc Bloch (1993, p. 29), em meados do século XX, rompendo com a ideia de que a história estuda apenas o passado, é da história o domínio do espaço-tempo. Aliás, a definição de Bloch foi essencial para abrir caminhos para a inclusão do espaço como dimensão temporal da experiência ou da expectativa, tal como Koselleck (2006) se referiu às suas categorias meta-históricas. Se acrescentarmos a isto o fato de que as transformações que afetam a vida humana se dão num espaço político, geográfico, ou, até mesmo, da imaginação, englobados muitas vezes pelo nome de espaço social, percebe-se que em história as articulações espaço-tempo são fundamentais para a compreensão e interpretação⁴.

As revisões conceituais, articuladas em múltiplas discussões teóricas ao longo do século XX, por outro lado, ampliaram o debate em torno da questão da temporalidade e, ao mesmo tempo, passaram a perceber a dinâmica do espaço em outros jogos conceituais. O espaço passou a ser visto como lugar de relações vividas no tempo. Diante do esfacelamento das nações e da lógica que as dividia em função da construção do nacional como ideologia dominante desde os séculos XVIII e XIX, não cabia mais pensar nos termos do Estado territorial moderno ou do Estado Nação.

Desde a segunda metade do século XX, a problemática do espaço também se deslocou para revisões que atestavam a emergência de territórios libertos do domínio eurocêntrico, que dominaram as visões historiográficas por séculos. Na mesma discus-

4 Para aprofundamento da relação espaço, tempo e história cf. Barros, 2006.

são passou-se a incluir temáticas que moldavam territórios de exclusão, como a história dos povos coloniais, ao mesmo tempo em que havia uma luta para que os até então considerados “povos sem história”, os diferentes grupos qualificados como outros, os excluídos, os subalternos, pudessem fazer eclodir suas práticas historiadoras.

O espaço se configura não como uma dimensão meramente geopolítica, mas como lugar de significações, no qual a forma como se olham e analisam as representações do passado indica o distanciamento, a amplitude ou o microcosmo, enfim, as escolhas diante daquilo que está sendo considerado. O olhar de perto permite ver não apenas a árvore, mas os galhos, as folhas, os veios das folhas, numa dimensão microscópica. O olhar de longe descortina a árvore num ambiente mais amplo, fazendo parte do mesmo cenário outras árvores, construindo a densa mata verde indiferenciada, mas ao mesmo tempo capaz de ser identificada como uma floresta.

A discussão sobre a espacialidade envolve, portanto, a questão das escolhas metodológicas, em que o movimento dos particularismos em direção às generalizações se relaciona também aos jogos de escala. Ao chamar atenção para as maneiras como os historiadores deveriam manejar conceitualmente a categoria espaço, Cardoso já alertava, nos idos de 1980, para os perigos que corriam, já que poderiam “cair prisioneiros de construções espaciais inadequadas, um espaço que se apresenta como um fato ou como um dado” (1981, p. 187).

Para a história, o conceito sempre foi indissociável da categoria tempo. É sempre espaço-tempo, seja porque as aberturas do presente em direção ao passado, possibilitando a análise histórica, indicam a transfiguração de um espaço em outro (o presente no passado); seja por ser o tempo ele mesmo um lugar.

Em meio às transformações das análises históricas a partir da segunda década do século XX, no movimento que ficou conhecido como *École des Annales*⁵, a primeira aproximação teórica que a disciplina fez para incluir novas abordagens foi com a Geografia, dando origem, por exemplo, ao clássico trabalho de F. Braudel sobre o Mediterrâneo (1949)⁶. Propondo a fundação de uma verdadeira “geo-história”, o historiador francês se debruçou sobre o espaço – no caso o Mediterrâneo – como um lugar quase imóvel, permitindo ver, assim, a longuíssima duração, que fazia com que o tempo durando se transformasse em espaço de permanências. O espaço era, sem dúvida, o tema de Braudel e não o tempo. Dizia ele: “fixar os tempos dos problemas humanos tais como os vemos, estendidos no espaço e, se possível, cartografados, numa geografia inteligente: sim, sem dúvida, mas fixá-los não apenas para o presente e no presente, fixá-los no passado, levando-se em conta o tempo” (Braudel, 1949, p. 9)⁷.

O destaque aos aspectos conjunturais e estruturais da história continuou prevalecendo na segunda geração dos *Annales*, determinando a emergência de múltiplos espaços que se fixavam ou se moviam ao sabor dos acontecimentos imóveis, quase intrigas, como diz Ricoeur (1994), ou daqueles que mais do que marolas eram vagas

5 Sobre a *École des Annales* e a aproximação dos historiadores com teóricos de outras disciplinas para incluir problemáticas e objetos até então não considerados, cf. por exemplo Dosse (1992) e Burke (1992), entre outros.

6 Num primeiro momento, o grande influenciador da aproximação da História com a Geografia foi Vidal de La Blanche. Nos anos 1930, a escola geográfica francesa tinha grande prestígio e influência sobre o conjunto das ciências humanas, que resultou em grandes monografias de caráter regional. Sobre o tema cf. Dosse (1992).

7 Para uma análise da obra de Braudel como uma “quase-intriga” na qual se destaca a imobilidade dos tempos a partir da apropriação temática do espaço como organizador narrativo, ver Ricoeur, 1994, p. 296-310.

gigantes nos mares das incertezas das épocas. O acontecimento emergia na duração de maneira violenta, transformando a conjuntura imediata. Tempo curto do acontecimento, tempo longo e tempo longuíssimo, as durações da história produziam a aproximação definitiva do tempo durando como espaço. A ele se juntava outra concepção fundamental: a do tempo como lugar, isto é, passagem em direção ao passado, permitindo o encontro com mundos distantes e desconhecidos.

Na história do tempo longuíssimo incluiu-se posteriormente as chamadas histórias não-humanas, tais como aquelas de ordem geológica, como o clima, nas quais a articulação com os territórios da Geografia continuou preponderante. Sobre esse movimento do qual fez parte Le Roy Ladurie (1967), afirmava Michel Vovelle: "com essa história, outro tempo se instala, e não é o tempo dos homens" (1993, p. 72).

Se a aproximação inicial com a Geografia permitiu a ampliação das abordagens, passando os historiadores a utilizarem, na sequência, postulados científicos de diversas disciplinas, por outro ampliou o espectro de problemas da reflexão histórica. Não cabe aqui se referir a este longo processo, mas apenas destacar aspectos que consideramos relevantes para a argumentação central do texto.

Assim, a escolha metodológica pode ser vista, também, como um arbitrário espacial. Ao eleger o caminho das histórias particulares, como síntese de um processo histórico mais amplo, como faz com sucesso a micro-história, se estaria, a rigor, olhando o espaço teórico-conceitual a partir de um "jogo de escalas" (Revel, 1998).

Paul Ricoeur (2007) afirma que, em cada escala, é possível ver coisas que não são vistas em outra escala e cada escala tem sua própria regra. A análise dependerá sempre do lugar em que se está, da distância em que se coloca e, sobretudo, do que se quer ver.

Como remarca Bernard Lepetit (1998, p. 90), a problemática da escala na sua relação com a construção do objeto teórico permite pensar em termos geográficos e arquitetônicos e envolve duas questões principais: a da medida e a do objetivo potencial da escala, que estabelece uma homologia entre a realidade e sua imagem e, em cada uma dessas esferas, uma relação de proporção entre as partes. Para ele, também a existência dos lugares materiais, que são referidos como representação, fornece pontos de apoio mais sólidos do que aqueles possíveis de ser encontrados quando se elege a categoria tempo desconectada da dimensão espacial, como se isso fosse possível, por toda a argumentação que desenvolvemos.

Assim, a análise está submetida a um processo de pesquisa não separado do sentido de inteligibilidade histórica do mundo. O modelo, sempre decorrente de um processo, é uma redução capaz de reter o objeto em algumas dimensões, dinâmicas e passíveis de mudanças. A escolha de uma escala modifica a organização dos objetos considerados e as representações em diferentes escalas não são projeções de realidades que se encontram por trás delas mesmas. A complexidade do mundo permite a multiplicação das escalas de observação, resultando num processo de pesquisa que não conhece (e nem deve conhecer) a palavra fim (LePetit, 1998, p. 100).

Como remarca Roger Chartier (2009), não há superioridade epistemológica entre a micro ou a macro análise. A rigor, os recortes macro-históricos são espécies de

laboratórios que permitem analisar, por exemplo, mecanismos de poder característicos de uma estrutura sociopolítica de um tempo e lugar determinados. Esses mesmos recortes numa perspectiva microscópica, como no caso do célebre estudo sobre Menocchio, o moleiro de Friuli, realizado por Carlo Ginzburg (1987), dão acesso muitas vezes a crenças e ritos que as fontes omitem ou evitam e que revelam uma “uma base cultural partilhada” por muitos. Nesse sentido, não há oposições, nem lutas entre uma técnica de observação micro-histórica e uma descrição macro antropológica (Chartier, 2009, p. 54-56)⁸.

Giovanni Levi, por seu turno, observa que a escolha de escala de observação – ou seja a espacialidade no sentido amplo – pressupõe a adoção de um instrumento analítico não neutro, ao mesmo tempo em que não está naturalmente inscrita na realidade. “A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa: o que vemos é aquilo que escolhemos fazer ver” (1998, p. 203). Assim, “variar a objetiva, não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama” (Revel, 1998, p. 20).

Para alguns autores, a emergência das microanálises também apresenta limites metodológicos, o que produziu muitas críticas. Na história não haveria mais história e sim histórias de e para determinados grupos definidos pelas posições de onde falam. Os grandes objetos teriam sido abandonados em favor de uma “história em migalhas”, utilizando-se a expressão que dá nome ao livro de François Dosse (1992). A crença do indivíduo como sendo o mundo, encarnado em pluralidades, levaria a uma infinidade de enfoques explicativos, como já enfatizamos no início do texto.

Mudar as escalas de representação, entretanto, é mais do que escolher um tamanho maior ou menor, ou seja, uma dimensão espaço territorial específica: é transformar o conteúdo da representação (Revel, 1998, p. 20). O espaço, como variável de escalas, fornece formas possíveis de re-apresentação de significados humanos no mundo. Torna-se lugar dos possíveis, no sentido da ampliação das possibilidades humanas, destacando-se não só os recursos dos grupos constituídos como sociedades, mas, sobretudo, cada indivíduo. Assim, percepções do mundo interior, como fracasso, incerteza, dor, ódio, vilania, em uma palavra, o mundo das emoções, passam a ser visualizadas como estratégias do indivíduo que viaja para o mundo em busca de generalizações.

Redes: um olhar plural

Estas considerações iniciais sobre a questão do espaço, que incluem também a reflexão em torno da escolha dos particularismos ou das generalizações, são centrais para a proposta de construção de pesquisas que sejam originárias de territórios culturais diversos, para a partir deste primeiro movimento (dos particularismos) tentar a construção de sínteses históricas. É neste sentido que advogamos a urgência do gesto da formação de redes de pesquisa, para aprofundar diversos territórios de domínios.

8 Não cabe neste texto um aprofundamento da micro-história e do paradigma indiciário proposto por C. Ginzburg. Para maior percepção da questão cf. Revel (1998, p. 15- 38), Burke (1992) e Ginzburg (1989).

No que diz respeito à história das mídias isso é ainda mais urgente, já que a construção de cenários que incluem apenas grandes centros, igualmente centros hegemônicos de poder, produz sínteses artificiais de um território midiático complexo que se esparrama pelo vasto território denominado Brasil. E o esforço que este tipo de análise exige é incompatível com a pesquisa de um único pesquisador.

Por outro lado, sem a pluralidade dos territórios utiliza-se um “nós” que é falso, mascarando-se diferenças profundas em uma dada região, em que um grupo dominante defende seus interesses como se fossem daquela região. É preciso pensar o território – estando presente no conceito diversas dimensões e sentidos – adentrando em espaços físicos-culturais, com grande carga simbólica, com posições que se constituem para além do sentido geográfico/espacial e caminha em direção às questões identitárias relacionadas a aspectos históricos, sociais, econômicos, raciais, entre outros.

Em suma, deve-se adotar a “lógica do lugar”, que possui uma função de base na estrutura dinâmica global, o que segundo Muniz Sodré (2019) explicita a articulação que há entre a organização do território e as relações sociais. Em *O terreiro e a cidade* (2019), o autor destaca a importância da relação entre o homem e o espaço e explicita a capacidade que tem o meio físico de afetar o comportamento, provocando afetações igualmente simbólicas. Ou seja, o território é força motriz que engendra ou refreia as ações.

Portanto, no nosso entendimento, a produção de sínteses históricas que resultem na inclusão de diversos territórios geográficos/culturais, em uma palavra, históricos, só é possível através da formação de redes de pesquisa, de forma que, a partir dos particularismos se possa caminhar em direção às generalizações mais complexas. Só com pesquisas encravadas em territórios culturais múltiplos, considerando não apenas a adição, mas a conexão entre temas e pesquisadores, se pode produzir as necessárias e complexas sínteses históricas. Diante desta afirmação podemos acoplar outra pergunta: ainda são desejáveis nos estudos de história das mídias as sínteses históricas?

O hiper recorte é a tendência dominante dos estudos de Comunicação, como já remarcamos. A escolha de estudos monográficos e o abandono deliberado de reflexões de fenômenos mais gerais são a expressão mais evidente das pesquisas que majoritariamente se realizam. Isso resulta em estudos, por vezes, extremamente particularizados, ainda que saibamos, conforme enfatizado anteriormente, ser esta a tendência – a da hiperespecialização – dos campos de conhecimento desde o século XX. “O grande mundo e as grandes teorias explicativas cedem lugar aos pequenos mundos, espacialidades hiper localizadas, recortes estreitos, pedaços de tempos em desalinho” (Barbosa, 2024, p. 157).

Este hiper recorte traz muitos problemas, entre eles, talvez o mais importante, o esfacelamento da possibilidade de interpretações dos fenômenos em sua amplitude. Assim, o desconhecimento das especificidades dos processos, comparativamente, e o abandono das explicações que aproximam ou distanciam aspectos que foram pesquisados e interpretados leva a recortes que não conseguem abordar aquilo que está em conexão. Assim, o hiper recorte se, por um lado, pode resultar no aprofundamento teórico-conceitual e analítico, por outro impede a construção de cenários reflexivos que

possam melhor manejar, no caso dos estudos históricos dos meios, uma pesquisa que pretende produzir sínteses interpretativas.

E as sínteses são importantes por muitos motivos, mas talvez o principal deles seja de natureza educacional: para os níveis intermediários, para os que ainda não estão no Olimpo das reflexões acadêmicas e científicas, pois para os jovens que ingressam na universidade é fundamental, num mundo de esfacelamento conceitual, que haja o esforço de produzi-las, falando de um mundo em que estão imersos e que não é governado apenas pela fragmentação. As obras de síntese são, portanto, fundamentais do ponto de vista didático.

Além desta razão quase singela, há outra que assume claramente uma dimensão política. A perspectiva metodológica das pesquisas realizadas em redes, capazes de construir concepções plurirregionais, permite realizar estudos que rompam com silenciamentos e lógicas macroestruturais e hegemônicas que silenciam, sempre, os que estão (porque foram lá colocados) à margem. Enfatiza-se, sempre, a voz dos que já têm voz estridente, já que ocupam lugares privilegiados nos múltiplos centros de poder e de domínio (Barbosa; Borges, 2024)⁹. Assim, as sínteses históricas decorrentes dos trabalhos realizados a partir de redes de pesquisa têm também o objetivo político de dar voz e produzir ruidosos barulhos onde impera habitualmente o silêncio.

Há ainda uma terceira razão, de natureza teórica-metodológica: há que se considerar as singularidades dos territórios histórico-midiáticos, percebendo suas peculiaridades. E isso só pode ser alcançado em pesquisas realizadas em rede, de forma a que, partindo das particularidades, possa-se chegar a sínteses interpretativas, em que o comunicacional é também contexto e não apenas (muitas vezes exclusivamente) o “mundo lá fora”. Se o mundo lá fora é importante, o mundo comunicacional é determinante para a inclusão do olhar contextual do comunicacional. Circuitos, trânsitos, trocas, que se adensam a partir das mídias, ganham centralidade nestes contextos assim considerados¹⁰.

Com isso, perde espaço a utilização da imprensa apenas como mediadora através das representações de seus discursos – estudos que ainda são frequentemente realizados na comunicação –, em favor da sua percepção como ator social num contexto que, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, institui-se pela ordem comunicacional. A perspectiva histórico-comunicacional, na nossa interpretação, permite dar voz aos múltiplos trânsitos culturais, ao se destacarem formas de produção e de circulação em ambientes midiáticos que se transformam sem cessar.

A construção de redes de pesquisa possibilita, no caso dos estudos históricos das mídias, ultrapassar as interpretações extremamente recortadas e, ao mesmo tempo, a dificuldade de se produzirem sínteses numa dimensão temporal estendida. As redes de pesquisadores, atuando de maneira colaborativa, instauram reflexões nos espaços nos quais os pesquisadores se situam e pesquisam, a partir da perspectiva de uma história que se conecta a partir de territórios que se reconhecem e, ao mesmo tempo,

9 No mesmo texto há uma extensa discussão sobre a questão do lugar, espaço, território e, também, em torno da reflexão da percepção de uma história que ultrapasse também o geral e o local em favor de uma lógica pluridimensional, cf. Barbosa; Borges, 2024.

10 Como exemplos deste tipo de abordagem, em relação à imprensa, desvendando inclusive os caminhos metodológicos adotados, citamos Barbosa, 2022a e 2022b

se desconhecem. As tramas tecnológicas do século XXI, por outro lado, colocam à disposição facilidades, favorecendo o desenvolvimento de estudos em redes.

Na fase final deste texto e a partir de algumas experiências, descrevemos pesquisas realizadas por novas redes de pesquisadores que se dedicam à história das mídias, seguindo uma tradição renovada existente neste domínio, já que até mesmo algumas das instituições científicas da área tiveram sua origem em redes de pesquisadores. A própria constituição da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR), em 2008, teve origem na Rede Alfredo de Carvalho (ALCAR), criada em 2001, nome em homenagem a Alfredo de Carvalho, que liderou o movimento de constituição de uma rede de pesquisa no início do século XX¹¹.

Redes em ação

Quando, em 2018, diversos pesquisadores, por exemplo, pensaram a formação de uma rede para produzir pesquisas sobre a imprensa do século XIX, o objetivo era, sobretudo, construir uma síntese histórica sob a égide de questões que privilegiassem o contexto comunicacional. Ao mesmo tempo, tinha-se como proposta deslocar o olhar interpretativo da capital imperial, o Rio de Janeiro, ainda privilegiado nas abordagens, para outros territórios. Assim, embora houvesse pesquisas em profusão, sobretudo de caráter monográfico sobre a imprensa desse período, havia a carência de obras de síntese, numa perspectiva teórica mais contemporânea. Foram esses os principais aspectos que motivaram a formação desta rede de pesquisa.

Para investigar a imprensa do período, avançando análises a partir das especificidades de territórios culturais/políticos, numa perspectiva em que a imprensa fosse o ator principal de muitos cenários históricos, seria necessário o trabalho de diversos pesquisadores. A formação de redes de pesquisa em que os ecos das reflexões de territorialidades múltiplas fossem ouvidos e colocados em relação parece ser uma proposta metodológica exequível como caminho a ser seguindo.

Para isso, foi escolhido um coordenador por região - considerando a maneira como era geográfica e politicamente o Brasil dividido no século XIX, isto é, o Oeste Marítimo, os Governos Gerais do Leste e os Governos do Interior. O Oeste Marítimo incluía o Grão-Pará, o Maranhão e as demais províncias do Norte. Já os Governos Gerais do Leste englobavam a Bahia e os governos secundários de Sergipe, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. E, finalmente, os Governos do Interior incluíam Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Um estudo analítico estabelecendo os marcos teóricos, temporais e metodológicos foi discutido previamente e encaminhado aos coordenadores, que, assim, constituíram suas redes de pesquisa, tendo como centralidade aspectos comuns a todos os participantes e organizados a partir do coordenador geral.

¹¹ Alfredo de Carvalho coordenou pesquisadores de vários estados para desenvolver e publicar, na data comemorativa do centenário da implantação da imprensa no Brasil (1908), o estudo "Gênese e progresso da imprensa periódica no Brasil". A proposta era listar todos os periódicos lançados durante os cem anos da imprensa no país. A obra foi publicada em 1908 pela Revista do IGHB (Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro), uma das instituições à qual Alfredo de Carvalho era associado. Ainda na América Latina, devemos nos referir a Red de Historiadores de la Prensa em Iberoamérica (1999-2011), criada pela historiadora mexicana Celia del Palacio Montiel e a ReHiMe, Red de Historia de los Medios, fundada pela pesquisadora argentina Mirta Varela (<http://www.rehime.com.ar/>). Cf. também <https://redealcar.org/sobre/>.

Dificuldades ao longo do caminho impediram que todas as províncias estivessem representadas. Para um trabalho que se iniciou em 2018, muitos foram os esforços no sentido de englobar uma multiplicidade representativa de territórios. Ao final, mais de meia centena de pesquisadores realizaram a tarefa de pensar a História da Imprensa no Brasil, sobretudo no Primeiro Reinado, sob a perspectiva comunicacional¹².

Devemos ainda nos referir como experiência de produção de uma história conectada da mídia na América Latina a constituição da Rede Latino-americana de História da Mídia (RELAHM), criada em 2018, e coordenada inicialmente por Marialva Barbosa (UFRJ-Brasil), Ana Paula Goulart Ribeiro (UFRJ-Brasil) e Eduardo Gutierrez (Universidad Javeriana - Colômbia) e que permanece sob coordenação geral, a partir de 2024, de Ana Paula Goulart Ribeiro. A rede reúne mais de 50 pesquisadores de diversos países da América Latina que estudam as mídias¹³.

A interpretação da imprensa no século XIX proposta na pesquisa finalizada pela Rede de Pesquisa de História da Imprensa no Brasil do século XIX (Barbosa, Ribeiro e Hohlfeldt, 2024) e que estamos descrevendo mais detidamente também objetivou fugir das reflexões que se fazem sem visualizar detidamente, nas fontes e em outros arquivos (o dos territórios locais), os traços de vida que permaneceram, impedindo a reprodução de falas cristalizadas em outras épocas. O acesso a acervos específicos permitiu novas interpretações lançadas em direção a um passado sempre complexo. Com um olhar cuidadoso, o objetivo era, em suma, reinterpretar uma história que está sempre aberta a novas análises diante dos desafios teóricos que a pesquisa historiográfica sobre a imprensa e as mídias, de maneira mais geral, vem construindo.

São os vínculos, as figurações imaginativas, os diálogos duradouros, o olhar que procura vestígios e indícios em *modus operandi* comunicacionais que permitem acesar e interpretar movimentos humanos tão distantes. Um olhar histórico-comunicacional nada mais faz do que reconhecer o comunicacional humano como essência da história (Ribeiro e Barbosa, 2024, p. 31).

Considerações finais

A história está permanentemente submetida aos processos de reinterpretação e reanálises, já que é preciso considerar o conhecimento sempre como provisório e dependente de questões que, sem cessar, se antepõem aos olhares dos pesquisadores.

12 Foram os coordenadores regionais: Netília Seixas, Pará; Roseane Pinheiro, Maranhão; e Ana Regina Rego, Piauí (Oeste-Marítimo); Herica Lene, Bahia; Aline Grego, Pernambuco; Gisely Hime, São Paulo; Mauro César Silveira, Santa Catarina; e Aline Strelow, Rio Grande do Sul (Leste); Phillippe Jacome, Minas Gerais; e Rosane Borges, Goiás e Mato Grosso (Governos do Interior). No que diz respeito especificamente ao Rio de Janeiro, a rede foi coordenada pela própria coordenadora geral, Marialva Barbosa.

13 Podemos ainda citar, no que se refere ao Brasil, duas outras redes de pesquisa que objetivam, em diferentes propostas, conectar aspectos teóricos da comunicação em sua relação com a dimensão do histórico e/ou do memorável. A primeira, a Rememora, Rede Brasileira de Pesquisadores de Memória e Comunicação, fundada em São Paulo, em 2018, que reúne pesquisadores da Comunicação e outras áreas, desenvolve pesquisas, em torno da temática da memória, buscando refletir sobre o memorável em amplas dimensões (cf. <https://rederememora.wordpress.com/quem-somos/>). A segunda, a Rede Historicidades dos Processos Comunicacionais, fundada em 2015, ao privilegiar a questão temporal para a compreensão dos fenômenos comunicacionais, articula alguns conceitos-chaves da história com as reflexões sobre o comunicacional. A rede reúne grupos de pesquisa de 9 programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil (cf. <https://mapeamentocultural.ufba.br/projetos-de-pesquisa/historicidades-dos-processos-comunicacionais>). Por fim, cabe remarcar, como perspectiva em curso, a constituição da Rede de História da Imprensa no Brasil do século XX (2024), e que dá continuidade ao trabalho desenvolvido pela Rede de nome homólogo que se ocupou da história da imprensa no século XIX. A Rede objetiva desenvolver teórica e metodologicamente pesquisa sobre a imprensa do século XX, também a partir de uma rede de pesquisadores envolvendo todas as regiões do Brasil. A Rede História da Imprensa no Brasil do século XX tem coordenação geral de Marialva Barbosa (UFRJ); Rosana Borges (UFG) e Tércio do Amaral (UEPE); e coordenação executiva de Fátima Tomaz (UFRJ).

Questões emergentes, portanto, promovem mudanças de rumos ou complementariedades interpretativas. Além disso, o avanço da pesquisa empírica é essencial para que novas fontes possam ser exploradas e para que fontes já conhecidas sejam escrutinadas e analisadas, lançando novas luzes para processos que se pensava já conhecidos.

Mesmo em relação a temáticas exaustivamente estudadas, como a imprensa no século XIX, no exemplo que apresentamos da pesquisa realizada em rede, sempre há lacunas a serem preenchidas. No caso, podemos apontar a cristalização das expectativas do que acontecia na Corte como sendo válido para todas as territorialidades existentes, como uma delas. A outra é a ausência de perspectivas teóricas e metodológicas que considere o comunicacional também como contexto a ser considerado.

Neste olhar, os processos e trânsitos comunicacionais são fundamentais para a compreensão de práticas que colocam a imprensa no centro da análise. Por outro lado, no contexto comunicacional ganham prevalência circuitos, trânsitos, trocas, sociabilidades que se adensam a partir da explosão da palavra impressa, como já remarcamos. Há que se perceber os periódicos como mediadores do campo político, mas também os personagens que participavam ativamente de diversos movimentos culturais, aglutinando, divulgando, promovendo debates de ideias. Este mesmo olhar permite escrutinar trânsitos culturais entre diferentes regiões de um espaço em construção, possibilitado pela expansão de uma ordem impressa sob a forma de periódicos. São eles, portanto, mediadores e atores culturais privilegiados, a partir de novas formas de produção e circulação comunicacionais, permitindo trocas culturais de diversas ordens.

A concepção plurirregional da reescrita da história da imprensa brasileira, do ponto de vista metodológico, parte do princípio de que os veículos de jornalismo não estão soltos no mundo, uma vez que sempre se constituem a partir de redes e conexões (Barbosa; Gutiérrez, 2022)¹⁴. Deste modo, independente da escala, as pesquisas históricas da imprensa requerem enfoques metodológicos também conectados, capazes de fortalecer o local em relação ao global e de localizar o global perante o local.

Por outro lado, pensa-se o passado a partir do lugar temporal de localização daqueles que realizam a pesquisa. Portanto, são tramas movidas sempre pelo tempo de vivência do pesquisador que fazem emergir questões não pensadas anteriormente. Não podemos dizer que o passado não existiu, mas podemos percebê-lo a partir de novas lentes iluminadas, sempre, pelas questões do presente.

Assim, ao pontuar a historiografia da imprensa no Brasil do século XIX, falou-se, sobretudo, de um lugar marcado pela exclusão, colonização, escravização e enraizamento de um pensamento conservador e patrimonialista excludente. Essas questões que eclodem com veemência na contemporaneidade permitem perceber a conexão não apenas situada num espaço, mas sobretudo num espaço-tempo cujo território dos domínios se fazem a partir do contemporâneo. Do presente até o passado e do passado até o presente, num jogo de interconexão e complementariedade que se deixa ver no

14 Não cabe no escopo deste trabalho a discussão sobre a perspectiva teórico-metodológica a ser adotada na escolha da abordagem histórica privilegiada para os estudos históricos em rede, entre a escolha da perspectiva da "conexão", da "comparação" ou mesmo de uma história "global". Há que se considerar ainda que as discussões historiográficas sobre as perspectivas teóricas e metodológicas em torno da temática (história comparada, história atlântica, história transnacionais, histórias conectadas, história cruzadas etc.) tem como uma das dimensões reflexivas a superação do chamado nacionalismo metodológico. Sobre o tema, consultar as obras de Sebastian Conrad (2019) e de Diego Olstein (2015).

esforço reflexivo. É isso, em suma, que nos une como redes, fazendo emergir elos temporais nos domínios da história.

Referências

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. O tempo presente. Brasil – 1980-2010. Rio de Janeiro: Mauad X, 2024.

BARBOSA, Marialva; BORGES, Rosana. Redes y conexiones como perspectivas metodológicas em los estudios histórico-culturales de la prensa en Brasil: entre lo local y lo nacional. **História Caribe**, vol. 19, p. 27-55, 2024. <https://doi.org/10.15648/hc.44.2024.3891>

BARBOSA, Marialva e GUTIÉRREZ, Eduardo. História da mídia: comparar ou conectar? **Revista Internacional de Historia de la Comunicación**, No. 18 (2022): p. 126-141. <https://dx.doi.org/10.12795/RIHC.2022.i18.08>.

BARBOSA, Marialva; Ribeiro, Ana Paula G. e Hohlfeldt, Antonio (org.). **História da imprensa no Brasil do século XIX**. Porto Alegre: ediPUCRS; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2024.

BARBOSA, Marialva. Circuitos comunicacionais da imprensa no Brasil do século XIX: olhares sobre o momento inicial. **MATRIZES**, 16(1), 77-99. 2022a. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p77-99>

BARBOSA, Marialva. Olhares improváveis para a imprensa do Maranhão no início do século XIX: vestígios como teias de significação. In: Matos, Marcos Fábio Belo; Araújo, Roni César Andrade de; Pinheiro, Roseane (org.). **200 anos da imprensa no Maranhão (O campo histórico)**, v. 1. São Luís: EDUFMA, 2022b, p. 18-45.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo. Interações necessárias. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p. 460-476, jul/dez 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000200012>.

BARROS, José D'Assunção. **O campo histórico**. Rio de Janeiro: Celta, 2002.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993.

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: A.Colin, 1949.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro F. **Introducción al trabajo de la investigación histórica**. Conocimiento, método e historia. Barcelona: Editorial Crítica, 1981.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CONRAD, Sebastian. **O que é história global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

DOSSE, François. **A história em migalhas.** Dos Annales à Nova História. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LADURIE, E. Le Roy. **L'histoire du climat depuis l'An Mil.** Paris: Flammarion, 1967.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: RAVEL, Jacques. **Jogos de escala:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: RAVEL, Jacques. **Jogos de escala:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

OLSTEIN, Diego. **Thinking history Globbaly.** Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

REVEL, Jacques. **Jogos de escala:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart e BARBOSA, Marialva. A imprensa no século XIX: um olhar histórico comunicacional. In: BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HOHFELDT, Antonio (org.). **História da Imprensa no Brasil do século XIX.** Porto Alegre: ediPUCRS; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2024.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa I.** Campinas: Papirus, 1994.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade:** a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2019.

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Recebido em: 11 ago. 2024
Aprovado em: 30 nov. 2024